

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS SRM QUE ATUAM COM ALUNOS SURDOS¹

Walber Christiano Lima da Costa²
Rennan Alberto dos Santos Barroso³
Ritianne de Fátima Silva de Oliveira⁴
Carmen Sheila Pereira Gomes⁵

RESUMO

O presente texto objetiva apresentar reflexões acerca da formação dos professores que atuam com alunos surdos em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) de duas escolas públicas do Estado do Pará. A educação inclusiva objetiva uma educação justa e igualitária a todos os níveis de escolaridade. Para isso, algumas nuances precisam estar efetivadas nas instituições, como por exemplo materiais didáticos necessários às realidades dos alunos, bem como uma formação inicial ou continuada dos educadores com qualidade (MARINHO, 2016). Para este estudo, utilizamos o método interpretativo e qualitativo, realizando leituras acerca da formação de professores e educação inclusiva, e aplicação de questionários para a coleta de dados, onde foram entrevistados 6 (seis) professores especialistas na área de surdez. Constatamos que a maior parte dos profissionais tem formação em pedagogia, e que alguns tiveram contato com pessoas surdas desde a vida acadêmica e outros passaram a ter a partir do exercício profissional. A maior parte dos profissionais entrevistados vêem a surdez como uma diferença linguística a partir da Teoria Socio-Antropógica, o que ajuda nas escolhas metodológicas acessíveis durante os atendimentos com alunos surdos. Assim, vemos que a formação dos professores das SRM são aspectos que precisam ser valorizadas de forma a favorecer as propostas utilizadas para surdos para que estes tenham possibilidades de ter um maior e melhor desenvolvimento. Entendemos ainda que o tema pesquisa é de grande relevância para a formação de professores visando a educação inclusiva.

Palavras-chave: Formação de Professores, Surdos, SRM.

INTRODUÇÃO

O princípio de igualdade, exposto na Constituição Brasileira de 1988 é reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional quando garante direito à educação, com acesso, permanência e sucesso às pessoas com deficiência. Entretanto, sabemos da dificuldade que ocorrem em meio ao cenário educacional, ainda mais num país como o nosso de

¹ O presente texto é uma versão ampliada do texto “A formação de professores das salas de recursos multifuncionais do município de Marabá-PA”, publicado preliminarmente no Colóquio Internacional de Educação Especial e Inclusão Escolar – CINTEDES. O trabalho do Evento citado foi ampliado com a continuação da pesquisa em outra cidade do mesmo Estado do Pará.

² Doutor em Educação em Ciências e Matemáticas (PPGECM/IEMCI/UFPA). Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, walberchristiano@gmail.com;

³ Professor de Libras efetivo estadual do Maranhão. Especialista em: Educação Especial e Inclusiva (FACIBRA), Alfabetização e Letramento (ÚNICA) e em Ciência Neurológica, Deficiências Múltiplas e Surdocegueira (ÚNICA), rennan_barroso@hotmail.com;

⁴ Mestranda do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação (PPGE/UFT), ritianne19@hotmail.com;

⁵ Graduanda do Curso de Pedagogia pela UNIFESSPA, c.sheilagomes@gmail.com.

dimensões continentais. Porém, entendemos que mesmo em meio a essa problemática, temos grandes avanços e as pessoas com deficiência têm conseguido conquistar mais espaços na sociedade.

Em meio aos públicos alvo da educação especial, trazemos para este texto as pessoas surdas. Tais pessoas apresentam a particularidade de ter uma língua materna diferente das pessoas ouvintes. Enquanto no Brasil a Língua Portuguesa é a língua usada pela maioria que se constitui ouvinte, os surdos apresentam a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Como são línguas diferentes é inevitável que ocorram diferenças lingüísticas e no cenário escolar inclusivo, essas diferenças se tornam marcantes e em muitos contextos são barreiras para a efetivação de uma inclusão de fato.

Costa (2015) relata em seu estudo que é necessário e importante numa sala de aula regular que têm surdos e ouvintes a presença de um professor que compreenda as particularidades dos surdos, que seja fluente em Libras (de preferência) e um profissional tradutor-intérprete de Libras. O autor ainda destaca que a presença desse profissional tem um valor significativo na constituição de relações interpessoais em sala entre surdos e ouvinte. Costa (2015) ainda nos mostra que o tradutor-intérprete é importante, porém a presença dele não é a garantia de aprendizagem para os surdos, haja vista que para que isso seja alcançado, tem-se que verificar outras dimensões relacionadas ao trabalho pedagógico.

Acerca do professor que atua com surdos, vemos que o mesmo precisa ter a sensibilidade e entender o conceito de alteridade e de ser surdo (STROBEL, 2008). O professor que atua na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) também necessita dessa característica importante e precisa ainda conhecer a Libras para que possa ter estratégias na sua atuação na SRM.

Assim, temos como objetivo geral na organização deste texto investigar como se deu ou tem se dado a formação de professores que atuam com alunos surdos nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) de duas escolas públicas do Estado do Pará. As duas cidades onde estão as escolas são cidades onde os pesquisadores atuam em suas pesquisas, bem como atuam profissionalmente em atividades docentes. Para este estudo, utilizamos o método interpretativo e qualitativo, realizando leituras acerca da formação de professores e educação inclusiva, e aplicação de questionários para a coleta de dados, onde foram entrevistados 6 (seis) professores especialistas na área de surdez.

O texto está dividido em tópicos que apresentam uma discussão acerca da formação de professores que atuam com surdos, o cenário científico da educação de surdos e os resultados e discussões deste trabalho.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES QUE ATUAM COM SURDOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

O presente tópico objetiva apresentar reflexões acerca da formação de professores que atuam com alunos surdos na educação especial na perspectiva inclusiva. Sabemos que após os adventos legais que garantem direitos à pessoa surda uma educação de qualidade, muitos avanços ocorreram e que cada dia mais os surdos tem conquistado novos espaços em sociedade. Porém, consideramos pertinente fazer alguns breves apontamentos sobre que professores estão atuando com estes surdos.

Inicialmente, destacamos sobre a formação de professores à luz de alguns autores que se debruçam em pesquisas sobre tal temática. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia apontam que

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2006, p. 17-18).

Percebemos que o referido documento de 2006 pouco especifica que saberes são importantes para que o professor atue com alunos com deficiência. Cunha (2007) destaca que há diversos saberes para uma atuação docente e um dos saberes mais importante é o saber da experiência. Assim, entendemos que atuar com alunos surdos requer vários conhecimentos e que a experiência é um item importante a ser destacado.

Araújo (2017) disserta que

Considero relevante fazer menção também acerca de uma maior parceria e relação entre a universidade e a escola regular, pois penso que ao mesmo tempo temos muito a propor neste ambiente, temos também muito a aprender e sentir as demandas e necessidades destes ambientes e fomentar novas formas de entender e intervir sejam na formação de profissionais, sejam na construção de novas pesquisas e investigações (ARAÚJO, 2017, p. 349).

O autor nos mostra que a formação de professores, seja nos níveis inicial ou continuada é um desafio que precisa ser de forma urgente resolvido em meio as instituições que atuam na educação especial na perspectiva da inclusão, pois o público alvo que precisa

deste atendimento tende a ter melhores possibilidades de aprendizagens se a formação apresentar discussões sobre as deficiências.

A formação de professores no Brasil passa por transformações. As dinâmicas sociais apresentam um inicial desafio e de que as mudanças são constantes, pois a cada momento novos dispositivos legais surgem o que torna a formação inicial cada vez mais um processo árduo e contínuo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN (BRASIL, 2001) destacam que para a formação de professores da educação básica em nível superior, o projeto político pedagógico que reforça as competências e habilidades necessárias para o profissional atuar na educação básica, apontando ainda a importância de uma boa didática. E levando em consideração o cenário da educação especial, a Resolução CNE/CEB N° 2, de 11 de setembro de 2001, destaca mais algumas provisões que devem ser realizadas.

Carvalho (1997) apresenta que o princípio adotado para regulamentação e implementação da Educação Especial deve ser algo primordial para um bom trabalho educacional no País

Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Deveriam incluir crianças de ruas e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais (CARVALHO, 1997, p. 56-57).

A autora apresenta assim a ideia de que independente da realidade do aluno, este deve ter assegurado o espaço para aprendizagem escolar.

Goffredo (1999) apresenta que:

A escola, para que possa ser considerado um espaço inclusivo, precisa abandonar a condição de instituição burocrática, apenas cumpridora das normas estabelecidas pelos níveis centrais. Para tal, deve transformar-se num espaço de decisão, ajustando-se ao seu contexto real e respondendo aos desafios que se apresentam. O espaço escolar, hoje, tem de ser visto como espaço de todos e para todos (GOFFREDO, 1999, p. 45).

Com isso, vemos que ter o espaço físico em uma escola, até que pode ser considerado simples, porém neste tema, vemos que muitas vezes instalações consideradas precárias contrapõem muitas vezes as necessidades dos alunos. Porém, entendemos que o principal ponto a ser discutido é quem são os profissionais na sala de aula que estão lidando com esses alunos.

Marinho (2016) desvela em sua pesquisa entrevistas com professores de Matemática sobre a inclusão de alunos com deficiência em salas de aula. Marinho (2016) constatou que muitos professores entendem ser necessário uma formação específica e constante para eles que atuam ou atuarão em sala com alunos com deficiência. A autora apresenta nos resultados que os professores entrevistados conhecem muitos apontamentos sobre a inclusão e que eles sentem a necessidade de essa preparação ser constante.

Nesse sentido, têm-se como grande desafio, tornar mais efetiva a formação de professores, através de cursos de formação continuada, ofertados aos docentes por meio do Sistema Educacional, considerando seu papel extremamente importante para os avanços na inclusão desse alunado, em consonância de um desenvolvimento adequado para sua atuação nos diferentes setores da sociedade brasileira.

Porém, notamos que as formações docentes ora ministradas, limitam à atuação dos professores em cursos eventuais, objetivando em sua maioria das vezes apenas a instruções e troca de experiências, não abrangendo de fato a capacitação desses profissionais de forma integrada e permanente. Tal formação requer que seja um procedimento contínuo, ou seja, indo além da presença de professores em cursos, mas que os mesmos visem transformar sua práxis nos processos de ensino e aprendizagem.

Vale destacar que tais formações, devem ser ministradas por profissionais especializados de diferentes áreas, atuando desta forma em parceria com os professores e gestores comprometidos com os princípios inclusivos, sendo realizados até mesmo ações e projetos juntamente com a comunidade, para assim, colocar em prática a proposta inclusiva, favorecendo até mesmo, mudanças de atitude da sociedade frente às pessoas com surdez.

A este respeito, é importante salientar que para haver um aprendizado, o aluno precisa ter maturação muscular e neurológica adequadas para os processos de ensino e aprendizagem, que somente profissionais capacitados podem oferecer esse suporte, e a falta desse apoio técnico, consideramos uma das principais dificuldades identificadas na concretização do processo de inclusão, o que de certo modo, evitaria custos e rearranjos posteriores em virtude de uma formação deficitária, onde a mesma traz sérias consequências junto à efetivação do princípio inclusivo.

De modo geral, a sociedade está em constante transformação e exige dos professores, uma atuação cada vez mais adequada na SRM viabilizando a todos os alunos possibilidades para aprender, ou seja, propiciando a todos uma igualdade de oportunidades de aprendizagem. E dentro destas condutas, existe algumas funções necessárias que o professor deverá ter

dentro da perspectiva inclusiva, e neste caso ele precisa refletir sempre sobre sua prática pedagógica.

Partindo do pressuposto que a inclusão é a igualdade de oportunidade para todos, e o professor sendo um dos que podem prover essa possibilidade, respeitando o potencial de cada aprendiz, o mesmo, têm que buscar e utilizar alternativas de ensino que levem esse educando a aprender, oportunizando-o ajuda na solução de problemas e dificuldades e indicando recursos adequados a cada necessidade, sempre acreditando na capacidade de aprender que cada um de seus alunos possui.

Contudo, o sistema educacional, que deveria dar um maior suporte para o professor adquirir conhecimentos mais avançados e estratégias de ensino; em sua maioria das vezes acaba por limitar a busca de novos saberes desse profissional, em virtude de sua ampla carga horária de trabalho a ser cumprida; não o proporcionando a aquisição desse conhecimento fora da rede. O exemplo disso, cursos ofertados por instituições federais aos docentes da rede básica de ensino são promovidos, a procura é grande, porém, os que realmente frequentam, são poucos devido a sua não disponibilização de tempo para assim fazê-lo; e os que concluem, o fazem com bastante dificuldade.

Ressaltamos que a formação de professores em relação a educação inclusiva, em sua forma restrita, não pode ser vista como uma sensibilização dos docentes no sentido de receber as pessoas com deficiência, e sim, de uma construção de saberes direcionadas à falta de conhecimentos específicos às necessidades de cada aluno. Por isso, devemos sempre aprender sobre as diversas formas de comunicação.

Todavia, a formação do conhecimento sobre a educação inclusiva nas instituições de ensino, vem da capacidade de estabelecer uma relação, pois

a mediação realizada com o auxílio do conhecimento produzido, dos professores e das próprias pessoas com deficiência se revelou o mais importante alicerce para que os futuros professores pudessem repensar suas ações, deslocar sua percepção da deficiência para as possibilidades das pessoas com deficiência e discutir a questão da deficiência como fruto de uma desvantagem gerada pela atual organização social e do conhecimento (CARVALHO-FREITAS et al, 2015, p. 218).

Finalmente, necessário destacar que haja mais formações num processo contínuo, onde os professores sejam instigados a desenvolverem tarefas que encorajam o aluno, estimulando seu aprendizado. Diante disso, “a criatividade dos educadores ganha uma importância singular, pois é um elemento fundamental para a organização do trabalho pedagógico em nível institucional, como também para as práticas que se desenvolvem nas salas de aula” (VIEIRA, MARTINS, 2013, p. 226).

EDUCAÇÃO DE SURDOS: “POR DENTRO DESSA TEMÁTICA”

O presente tópico apresenta um recorte panorâmico da temática educação de surdos no Brasil. Os alunos surdos, entre os públicos da educação especial na perspectiva inclusiva, são os que têm a necessidade maior de serem refletidas ações para acesso à igualdade de oportunidades. A Libras tende a ser o elemento mais claro de acessibilidade numa sala de aula, porém muitas pessoas que lidam com o surdo nas escolas ainda não são usuárias da Língua. Lacerda e Lodi (2014) destacam que

Quando se opta pela inserção do aluno na escola regular, esta precisa ser feita com cuidados que visem garantir sua possibilidade de acesso aos conhecimentos que estão sendo trabalhados, além do respeito por sua condição linguística e, portanto, de seu modo peculiar de ser no mundo (LACERDA; LODI, 2014, p.15).

Assim, vemos a partir das autoras que o modo do surdo ver o mundo passa pela Libras que é uma língua visual e que atende as demandas a serem supridas pelos surdos nos processos comunicativos e na aprendizagem como um todo.

Ressaltamos ainda que segundo Botelho (2013) a aprendizagem dos surdos ocorre a partir de muitas maneiras e que se faz importante o papel do professor para que as expectativas dos surdos no lidar na sala de aula sejam supridas e as aprendizagens ocorram de forma mais satisfatória.

Costa (2019, p. 43) por sua vez aponta, a partir de Strobel (2008), que

A partir da implantação da educação formal para surdos, houve fortes divergências em relação às escolhas metodológicas a serem utilizadas na educação destas pessoas. Em 1880, o Congresso de Milão deliberou pela proibição do uso dos sinais na educação de surdos, obrigando a escolarização dos mesmos ser pela modalidade oral. Tal medida significou um atraso significativo para a educação de surdos (COSTA, 2019, p. 43).

Costa (2019) apresenta que no século XX, a partir do trabalho de Stokoe (1960), que trouxe o reconhecimento científico das Línguas de Sinais, recebendo o *status linguístico*, iniciou um movimento de valorização da pessoa surda. Tal movimento consideramos que foi importante para a busca dos espaços hoje ocupados pelos surdos na sociedade.

Stokoe (1960) ao publicar acerca do *status linguístico*, possibilitou que no Brasil a Libras pudesse avançar cientificamente e socialmente. Costa (2017) apresenta que por muitos anos os surdos não tinham a oportunidade de poder ocupar maiores espaços na sociedade. Entretanto, o autor complementa que a partir dos dispositivos legais brasileiros

contemporâneos (BRASIL, 1996; 2002; 2005; 2015) os surdos tiveram acesso a políticas que valorizam as suas diferenças e consequentemente puderam ter motivação e novas oportunidades sociais. Corroborando Strobel (2008) quando apresenta que por muitos anos ocorria invisibilidade do surdo em sociedade e que os avanços legais oportunizaram para a atualidade possibilidades para as comunidades surdas conquistarem seus espaços.

Sá (2006, p. 130-131) destaca que

Não há como negar que o uso da Língua de Sinais é um dos principais elementos aglutinantes das comunidades surdas, sendo assim, um dos elementos importantíssimos nos processos de desenvolvimento da identidade surda/de surdo e nos de identificação dos surdos entre si (SÁ, 2006, p.130-131).

Assim, para Sá (2006) a Libras se constitui com um papel fundamental no processo de afirmação dos surdos enquanto sujeitos sociais, bem como também possibilita que as suas comunicações e interações a partir da Língua natural às necessidades ligada as suas especificidades do ser surdo.

Costa (2019, p.89-90) em seu trabalho traz algumas considerações que consideramos pertinente, pois o autor de forma resumida aponta sobre as contribuições do estudo publicado para a educação de surdos:

Outra contribuição é a reflexiva que consiste em observarmos que, ao fim deste texto, apresentamos à sociedade científica mais uma produção que defende a educação matemática de alunos surdos, consequentemente, o processo de inclusão educacional e social das pessoas surdas no país. Considero talvez essa a maior contribuição, pois, percebemos, ao longo da pesquisa de campo, o quanto precisamos avançar no que diz respeito à inclusão. Nas legislações, podemos perceber que a inclusão educacional é “perfeita”, porém sabemos que para a efetivação de muito do que está escrito ainda se põe como um grande empecilho, pois não é só dizer que estamos sendo inclusivos que já se torna o cenário inclusivo. Acerca disso, retomo à frase que é muito dialogada por diversos grupos de estudos e pesquisas e que resume de forma adequada o que é inclusão: “Falar de inclusão é entender que não é uma instituição, uma entidade que é inclusiva, e sim cada um sujeito, cada pessoa que precisa ser inclusiva” (COSTA, 2019, p.89-90).

Consideramos que o autor traz algumas reflexões que devem ser observadas por todos os profissionais que pretendem atuar com surdos. Sabemos que a educação de surdos tem passado por transformações significativas nos últimos anos no Brasil. E tais mudanças têm a escola como ponto de partida. Assim, consideramos importante conhecermos quem são os profissionais da educação que lidam diariamente com os surdos nessa etapa tão importante da vida que é a escolarização.

METODOLOGIA

A literatura que versa sobre Educação Inclusiva, educação de surdos e formação dos professores que atuam com alunos surdos em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) nos forneceram elementos teóricos que subsidiaram a escolha do objeto a ser investigado. Para elucidar o objeto de investigação desenvolvemos um estudo pelo viés do método interpretativo e qualitativo. Minayo (1993) salienta

[...] a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados que correspondem a um espaço mais profundo das relações que não podem ser reduzidos a equações. Compreende e explica a dinâmica das relações sociais, que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalha com a vivência e também com a compreensão das estruturas como resultado da ação humana. (MINAYO, 1993, p. 24)

A pesquisa qualitativa nos permite interpretar a realidade não para solucionar uma determinada problemática, mas para questionar, refletir, analisar buscando apontamentos e novos caminhos a ser trilhados para a melhoria desta realidade e o diálogo é um exemplo para proporcionar uma discussão para refletirmos a formação dos professores que atuam com alunos surdos em SRM. Ghedin (2004) salienta que:

Estamos sempre diante de uma realidade problemática e complexa, do mesmo modo que precisamos “objetivar” para poder “captar” o real. Mas a realidade não se mostra por vezes se oculta em imagens inatingíveis. De certo modo, conhecer é entregar-se à realidade de forma que ela nos atinja e nos envolva a ponto de nos tornarmos parte dela. Assim, procuramos compreender as coisas que nos são incompreensíveis à primeira vista. O limite de nossa busca não está nas interpretações teóricas que encaminham muito bem a “objetivação” do real, mas no caminho – na metodologia – mais adequada para captar os significados que estão postos, não por objetos, mas por sujeitos que significam e ressignificam o mundo e sua realidade a cada instante (GHEDIN, 2004, p. 5).

Neste sentido, recorreu-se a pesquisa de campo em duas escolas públicas em duas cidades do Estado do Pará que possui alunos surdos e seis professores especialistas na área de surdez. Já conhecemos o chão dessas escolas desde 2015 e no período de fevereiro a junho de 2019 vivenciamos o cotidiano dos professores da SRM dessas escolas durante quatro meses para estabelecer relações possíveis entre pesquisador e pesquisado. Para a coleta dos dados, optou-se pela entrevista semi estruturada e anotações no diário de campo sempre respeitando suas emoções, valores, cultura, seu saber fazer com os alunos surdos. Gaskell (2002, p. 65) diz que “as entrevistas qualitativas permitem a compreensão detalhada das crenças, atividades, valores e motivações dos sujeitos pesquisados”.

Evidencia-se que durante todo processo da coleta de dados colocamos os óculos de pesquisador de Ghedin: “Olhar para o real com os óculos de pesquisador é investigar como estas coisas estão postas e estabelecidas no cotidiano da escola. Nisto, o processo interpretativo, permite um conjunto de instrumentos que potencializa e amplia enormemente a percepção do real” (2004, p.5). Nesta perspectiva a entrevista é um instrumento fundamental para a pesquisa qualitativa, entende-se que vai além de um simples elo de perguntas e respostas promove um diálogo, uma comunicação no qual pesquisador e participante expõe seus pensamentos, opiniões, valores, emoções, inquietações, indignações e por meio dessa troca temos a construção de novos conhecimentos para apreender as conexões dos diferentes aspectos que caracterizam tal realidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

CONHECENDO UM POUCO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM COM SURDOS

A pesquisa ocorreu no primeiro semestre do ano de 2019 e na oportunidade realizamos entrevistas com seis profissionais que atuam em SRM com alunos surdos. Para fim de organização e facilitar as discussões, iremos apresentar as respostas e discussões a partir de eixos.

EIXO 1: FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS PROFESSORES

Na experiência vivenciada no cotidiano das escolas e o entrelaçamento das informações dos professores entrevistados percebe-se que há familiarização com a educação de surdos seja por meio da acadêmica, no seio da família e/ou convivência com alunos surdos. Acerca da formação acadêmica, constatamos que 4 profissionais são formados em pedagogia, um apresenta Licenciatura em Matemática e um apresenta Licenciatura em Letras-Libras. Nos aspectos da formação continuada, dois dos profissionais apresenta ainda especialização na área de surdez, sendo que um também tem formação profissional em tradução-interpretação da Libras.

Acerca do Eixo 1 citado, percebemos que a maior parte apresenta em sua formação inicial o curso de pedagogia. Tal situação nos chama atenção no sentido de que o curso de pedagogia em sua essência apresenta comumente discussões ligadas às questões de pessoas

com deficiência. Acreditamos que a formação inicial dá uma contribuição positiva para que os profissionais possam saber lidar de forma marcante no atendimento com alunos surdos.

Ressaltamos que apesar de um curso como o de matemática ser da área de exatas, o fato de ser uma licenciatura dá um respaldo para discussões mais ligadas às ciências humanas, o que possibilita melhores condições da profissional poder lidar com as diferenças no momento do dia a dia na SRM. E o profissional formado em Letras-Libras pela formação tem conhecimento bem mais amplo da pessoa surda e da Libras.

EIXO 2: CONTATO COM OS SURDOS

Neste eixo contatamos que a maior parte dos profissionais entrevistados tiveram contato com surdos ainda durante a graduação. Outra parte tem surdos na família e a outra já na atuação profissional docente.

Ainda perguntamos em que momento elas tiveram a oportunidade de componentes curriculares sobre a surdez durante os processos formativos. Todas os entrevistados tiveram ainda na graduação e na especialização tais temáticas a serem discutidas cientificamente. Entre os entrevistados, chamou-nos atenção um dos profissionais entrevistados relatar que devido ter parentes surdos, a primeira busca ocorreu de forma individual e que durante a graduação, já tinha alguns conhecimentos frutos desta busca.

Importante salientar que essa diversidade no que diz respeito a quando começaram a ter contato com surdos é importante na dimensão do saber da experiência (CUNHA, 2007), pois cada profissional apresenta uma experiência específica, o que faz com que se num diálogo cada uma relatar suas experiências, ocorrerão aprendizagens entre elas. Assim, poderão também ocorrer novas possibilidades de conhecer o surdo e o *ser surdo*. Acerca disso, Lacerda e Mantelatto (2000) destacam que

o surdo não tem que falar - oferece-se a possibilidade para a aquisição do português. O fonoaudiólogo deve buscar, com o sujeito surdo, caminhos de acesso à língua de sinais, à língua do grupo majoritário ao qual ele pertence (na oralidade ou escrita). É preciso conhecer as peculiaridades linguísticas dos sujeitos surdos e respeitar seus modos de construção e apropriação de linguagem (2000, p.39).

EIXO 3: VALORIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DIANTE DO TRABALHO COM SURDOS

Neste eixo contatamos que todos os entrevistados valorizam que as instituições tem oferecido todo suporte necessário para que os trabalhos sejam executados da melhor forma possível e que inclusive ambas as instituições organizam para este ano de 2019 diversas oficinas e formações para professores e comunidade geral. Ressalta-se que o trabalho participativo e colaborativo que os professores da SRM desenvolvem em conjunto com os coordenadores e os professores da sala de aula comum contribuem de maneira satisfatória para as ações pedagógicas das referidas instituições de ensino. Observamos que uma vez no mês os docentes da SRM participam das reuniões e dos planejamentos, incentivam e dispõem seu apoio nas atividades e projetos que envolvam a participação dos surdos no ambiente escolar e possuem horários determinados para o acompanhamento no contra turno com esses estudantes.

A partir daí percebemos que enquanto SRM, a atuação das profissionais não está apenas delimitada as paredes físicas da sala, mas sim alcançando a comunidade, visando uma garantia dos direitos e efetivação da inclusão dos surdos em sociedade.

EIXO 4: METODOLOGIAS DOS PROFESSORES NA SRM

Neste eixo contatamos que todos os entrevistados buscam executar na sua atuação metodologias diferenciadas que valorizem os aspectos visuais na aprendizagem do surdo, tendo a Libras como forma de comunicação oficial nos momentos com o surdo. Em relação aos materiais visuais foram citados dominó em Libras, jogos de encaixe, bingo em Libras, sendo estas todas bem coloridas e chamam atenção dos alunos. Tais escolhas consideramos pertinentes pois evocam o exposto por Fleury (2006) onde o autor mostra o quanto importante é que os professores adotem estratégias metodológicas significativas aos alunos visando aprendizagens aos mesmos.

Verificou-se que há dificuldade na compreensão do saber fazer dos professores da SRM principalmente por parte de alguns professores da sala de aula comum, eles questionam a função da SRM no sentido de reforço escolar para os estudantes com deficiência. O atendimento educacional realizado pelos profissionais especializados visa oferecer maiores condições para estabelecer a interação entre estudantes surdos e professores ouvintes e por meio de palestras, oficinas e mini cursos ofertados para toda comunidade escolar e assim tentam contribuir com a formação dos profissionais da educação para melhorar sua prática

pedagógica e conseqüentemente o aprender dos estudantes. Quanto ao atendimento escolar dos estudantes com surdez, os professores da SRM relatam que:

P1: não é reforço escolar de conteúdo das disciplinas, eles ensinam Libras para os alunos que não conhecem, utilizam jogos e atividades lúdicas para estimular o interesse, no diagnóstico inicial procurei identificar as habilidades que se destacam. Temos dois alunos que desenham muito bem, aprenderam sozinhos, valorizamos sua arte e promovemos desafios e tarefas que despertam sua criatividade.

Não existe metodologia certa ou errada, o que temos são profissionais que buscam estratégias para diversificar a comunicação e as relações sociais entre os pares envolvidos na educação de surdos e nesse âmbito, identifica-se o respeito às diferenças dos sujeitos e compreendem que cada estudante possui sua especificidade seja ele com deficiência ou não, no caso da surdez, compreende-se que não pode ser vista como um entrave para o processo de ensino e aprendizagem daí a importância da formação continuada de todos profissionais da educação. Sabemos que ter um intérprete em sala de aula ajuda bastante, mas não é suficiente precisamos de mais ações colaborativas, incentivos governamentais, professores qualificados e preocupados em proporcionar de fato e de direito a inclusão escolar como preconiza a Legislações supracitadas neste estudo.

Diante do exposto os entrevistados admitem que são profissionais 100%, e conscientes da necessidade da formação continuada e qualidade da mesma e relatam que sempre que possível participam de eventos na academia, cursos online e formações que as secretarias municipais de educação promove objetivando sua qualificação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto objetivou investigar como se deu ou tem se dado a formação de professores que atuam com alunos surdos nas Salas de Recursos multifuncionais (SRM) de duas escolas públicas do Estado do Pará. Como destacamos anteriormente, a educação inclusiva objetiva uma educação justa e igualitária a todos os níveis de escolaridade. Assim, algumas particularidades precisam estar efetivada nas instituições, como por exemplo, materiais didáticos necessários às realidades dos alunos, bem como uma formação inicial ou continuada dos educadores com qualidade (MARINHO, 2016).

Nos resultados verificamos que a maior parte das professores tem formação em pedagogia, e que alguns tiveram contato com pessoas surdas desde a vida acadêmica e outros passaram a ter a partir do exercício profissional. Todas elas vêem a surdez como uma

diferencia linguística a partir da Teoria Socio-Antropógica, o que ajuda nas escolhas metodológicas acessíveis durante os atendimentos com alunos surdos.

Com isso, consideramos que a formação inicial ou continuada dos profissionais das SRM são aspectos que precisam ser valorizadas de forma a favorecer as propostas utilizadas para surdos para que estes tenham possibilidades de ter um melhor desenvolvimento, possibilitando assim a efetiva inclusão.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marcelo Marques de. O ensino de números decimais em uma classe inclusiva do ensino fundamental: uma proposta de metodologias visando à inclusão. 2017, 128 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências Matemática) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Belém, 2017.

BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos – Ideologias e práticas pedagógicas. 4ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 1, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia – Licenciatura. Brasília, 2006.

BRASIL. Decreto n°. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n°. 10.436, de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o Art. 18 da Lei n°. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n°. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Ministério da Educação. 11ª Ed., 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acessada em: 01 Maio de 2019.

BRASIL. Lei n°. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. **Lei n°. 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acessada em: 02 de Maio de 2019.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acessado em: 25 de Abril de 2019.

CARVALHO Rosita Edler. A nova LDB e a educação especial. Rio de Janeiro: 1997.

CARVALHO-FREITAS, M. N. de et al. Características psicossociais do contato inicial com alunos com deficiência. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 211-220, Abr. 2015.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000100211&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 de Agosto de 2019.

COSTA, Walber Christiano Lima da. **O ENSINO DE MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: uma análise da formação de professores**. 2017, 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia). Universidade do Estado do Pará. Pará – Belém, 2017.

COSTA, Walber Christiano Lima da. **O modelo referencial da linguagem na Tradução-Interpretação da linguagem Matemática pelos surdos usuários da LIBRAS**. 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Em Educação em Ciências e Matemáticas. Universidade Federal do Pará, Belém – PA, 2019.

COSTA, Walber Christiano Lima da. **Tradução da linguagem matemática para a libras: jogos de linguagem envolvendo o aluno surdo**. 2015, 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemáticas). Universidade Federal do Pará. Pará – Belém, 2015.

CUNHA, Emmanuel Ribeiro. Os Saberes Docentes ou Saberes dos Professores. In: **Revista Cocar**, v.1, n. 2 – 2007. Disponível em: <http://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/130/106>. Acesso em: 12 de Maio de 2019.

FLEURY, Reinaldo Matias. Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional. In: *Educação & Sociedade*, Campinas, v.27, n.95, p.495-520, mai.-ago. 2006.

GASKELL, George. **Entrevistas individuais e grupais**. In: M. W. Bauer & G. Gaskell, G. (Org.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (p. 64-73). (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes, 2002.

GOFFREDO, Vera Lúcia. A escola como espaço inclusivo. In: *Educação especial: tendências atuais*. Brasília: MEC/SEED, 1999.

GHEDIN, Evandro. Hermenêutica e pesquisa em educação: caminhos da investigação interpretativa. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS – SIPEQ**, 2. ed., 2004. Anais II Seminário internacional de pesquisa e estudos qualitativos, Universidade Sagrado Coração: Bauru, São Paulo. p. 1-14.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; LODI, Ana Cláudia Balieiro. A inclusão escolar bilíngue de alunos surdos: princípios, breve histórico e perspectivas. In: *Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização*. Ana Cláudia Balieiro Lodi, Cristina Broglia Feitosa de Lacerda (organizadoras) – 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LACERDA, M. C; MARTELATTO, S. A. C. “As diferentes concepções de linguagem na prática fonoaudiológica junto a sujeitos surdos”. In: LACERDA, C. B. F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M. C. (orgs). *Surdez e bilíngue*. São Paulo: Plexus 2000, pp. 21-14.

MARINHO, Karem Keyth de Oliveira. *Educação Matemática e Educação Especial: reflexões sobre os relatos de experiência docentes de professores de matemática*. 2016. Dissertação

(Mestrado em Educação em Ciências Matemática) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Belém, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SÁ, N. R. L. de. **Cultura, poder e educação e surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

STOKOE, W. **Sign Language Structure**. Silver Springs, Maryland: Linstok Press, 1960.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: UFSC, 2008.

VIEIRA, F.B.A.; MARTINS, L.A. R.. Formação e criatividade: elementos implicados na construção de uma escola inclusiva. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 19, n. 2, p. 225-242, Junho 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 de Agosto de 2019.